

## AVALIAÇÃO: UMA QUESTÃO SÓ DE NOTAS?

Ana Lúcia Ferreira de Queiroga  
Escola Técnica Federal da Paraíba - ETEFPB  
Av. 1º de Maio, 720 - Jaguaribe  
58015-430 - João Pessoa - Paraíba - Brasil

### *Resumo*

*Este texto suscita algumas reflexões em torno da prática avaliativa, fundamentada nas concepções de avaliação, visando um redimensionamento de posturas pedagógicas.*

As discussões em torno da avaliação, no contexto escolar, têm se pautado na denúncia de práticas extremamente autoritárias, fundamentadas em concepções de avaliação enquanto sinônimo de aprovação e/ou reprovação; ou ainda arma contra determinados comportamentos com objetivos disciplinadores, coercitivos, restringindo-se à aplicação de um teste e/ou prova considerados um fim em si mesmos, sem levar em conta o processo como um todo, mas momentos estanques.

Essa forma de encarar a avaliação como fim em si mesma, segundo Jussara Hoffmann, é utilizá-la como coerção, tendo esse fato ocasionado inúmeras conseqüências, tanto de caráter psicológico como de caráter social para a maioria de alunos provenientes de classes menos favorecidas, sobretudo aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem, bem como de se adaptarem a uma realidade diferente da sua, onde sua experiência de vida não é considerada. E muitos desses alunos são denominados “burros” e “incapazes” sob a óptica de alguns professores que, num pré-julgamento, enfatizam que não adianta continuarem porque não vão conseguir aprovação. Progressivamente, tais alunos “sentindo-se incapazes de aprender, vão internalizando esses rótulos e acabam resignando-se ao fracasso que vai marcar o resto de suas vidas.” (Cecon e outros)

Dessa forma, a escola, mediante o contexto social em que está inserida, utiliza a avaliação como forma de classificar. “É compreensível que selecione, elimine, atemorize, torture, vez que o seu objetivo é diminuir os concorrentes: os que sobrarem serão os privilegiados” (Lauro de Oliveira Lima), esses conseguirão chegar ao topo da pirâmide.

Nesta percepção, a questão dos resultados da avaliação sempre enfatizam que: “a culpa da reprovação é sempre do reprovado”; assim questões como “falta-lhe base” são afirmativas freqüentes na prática pedagógica atual. A título exemplificativo, numa reunião com professores, onde se discutia o fenômeno da reprovação / aprovação, um dos professores fez a seguinte colocação: “se o problema é a falta de base, por que não lhe damos a base?” Outro retrucou: “se eu voltar não consigo dar todo o programa”. Essas questões nos remetem a uma indagação: o que estamos fazendo para dar um novo encaminhamento a essa situação? É cômodo colocarmos as dificuldades como um problema inerente ao aluno, no entanto, não nos questionamos. Será que nossas aulas estão sendo atrativas? Será que nossos alunos sentem-se co-participantes do processo ou meros receptores de conhecimentos?

As respostas para tais indagações não são simples de se dar, sobretudo “se concebermos a educação como o ato de depositar com base na concepção bancária, quanto mais se exercitar os educandos no arquivamento de depósitos que lhe são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultará sua inserção no mundo como transformador dele: como sujeitos”. (Paulo Freire)

Sabe-se que existem vários fatores que contribuem para essa problemática (aprovação e/ou reprovação) tais como: classes numerosas, professores com diversas turmas, muitas vezes sem a formação voltada para trabalhar com adolescentes ansiosos, inquietos, etc. No entanto, esses fatores não podem servir de justificativa para que não façamos algo com vistas a minimizar a referida situação.

Vale ressaltar que não se trata de abolir a avaliação, mas percebê-la enquanto processo contínuo que oferece subsídios ao professor no sentido de redimensionar sua prática pedagógica, buscando mecanismos que, mediante as dificuldades e/ou facilidades detectadas, permita-lhe a melhoria qualitativa do processo ensino-aprendizagem.

“É preciso ver na nota, no exame, nas provas um recurso diagnóstico que orienta o trabalho do professor e não um veredicto de um tribunal, um processo seletivo que elimina e condena”. (Lauro de Oliveira Lima)

Portanto, se faz necessário resgatar a avaliação diagnóstica que passa necessariamente pelo reconhecimento do nível em que se está e pela identificação dos caminhos a serem perseguidos, sendo indicada, segundo Clarilza Prado, a professores que têm interesse no aperfeiçoamento pedagógico de sua atuação na escola. Valendo salientar que sua utilização é essencial para indicação ou não dos objetivos de ensino.

### **Bibliografia Consultada**

1. CECCON, C. et alli. A vida na escola e a escola da vida. Petrópolis. Vozes, 1982. P. 16-7.
2. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 3ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1975. P 67-8, 78-9.
3. LIMA, Lauro de Oliveira. Escola no futuro. Rio de Janeiro. Vozes, 1979.
4. SOUZA, Clarilza Prado et alli. Avaliação do rendimento escolar. Caderno Idéias / Governo de São Paulo. Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE. 1994.
5. HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação: mito e desafio. In Coletânea AMAE. Avaliação: refletir para mudar. Fundação AMAE para Educação e Cultura. Belo Horizonte / MG. 1992.
6. FERREIRA, Paulo Rogério de Paiva. Avaliara: um ato que exige mudança. In Coletânea AMAE. Avaliação: refletir para mudar. Fundação AMAE para Educação e Cultura. Belo Horizonte / MG. 1992.